



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90057/2024

Objeto: Execução de Capa Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), de Pavimentação Asfáltica com CBUQ, de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD) e de Pavimentação em Bloco Intertravado de concreto (bloquete), por Sistema de Registro de Preços – SRP, em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da Codevasf, no estado do Ceará – Região Centro Sul.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa CONSTRAM – CONSTRUÇÕES E ALUGUEL DE MAQUINAS LTDA, CNPJ nº 72.432.727/0001-59, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa PAVISERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 43.897.814/0001-83, para os itens 01 e 04 do Edital 90057/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90057/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é Execução de Capa Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), de Pavimentação Asfáltica com CBUQ, de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD) e de Pavimentação em Bloco Intertravado de concreto (bloquete), por Sistema de Registro de Preços – SRP, em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da Codevasf, no estado do Ceará – Região Centro Sul.

A proposta da empresa PAVISERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 43.897.814/0001-83, para os itens 01 e 04 foi aceita e habilitada.

Tempestivamente, a empresa CONSTRAM – CONSTRUÇÕES E ALUGUEL DE MAQUINAS LTDA registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

Não houve registro de contrarrazão.

RECURSO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para o referido item, em suma, a recorrente dispõe acerca de alegadas inconsistências na documentação de qualificação técnica profissional, na qualificação econômico-financeira e quanto à proposta de preços da empresa.

Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto à alegação de inconsistências na documentação de qualificação técnica profissional:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Em seu recurso, a empresa CONSTRAM – CONSTRUÇÕES E ALUGUEL DE MAQUINAS LTDA alega que:

“A documentação apresentada em na QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL tem diversas divergências, que serão apontadas a seguir:

- A empresa tem a data de início o seu Registro Definitivo de Empresa no CREA-MA no dia 25/04/2022, porém, a data de consta no início da obra da CAT 908633/2024 é no dia 03/01/2022, como é possível verificar nas imagens a seguir:
(...)
- O período de execução informado pelo atestado de capacidade técnica, que a empresa C RAMOS DOMICIANO EIRELI atestou para a empresa PAVISERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, é de 25/04/2022 à 31/12/2023, sendo assim, a data do início que consta na CAT 908633/2024 apresentada anteriormente (na imagem 02 supracitada), está divergente da data que a empresa C RAMOS DOMICIANO EIRELI afirma que a empresa PAVISERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA executou os serviços da CAT.”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Considerando a questão técnica apresentada no recurso da Licitante, os membros técnicos da Comissão de Licitação se manifestaram acerca da situação da seguinte forma:

“Em referência ao Edital Pregão Eletrônico nº 90057/2024, a licitante CONSTRAM – Construções e Aluguel de Maquinas Ltda. encaminhou recurso administrativo tempestivamente, questionando a documentação de habilitação encaminhada pela empresa PAVISERVICE Comercio e Serviços Ltda.

Dentre os itens questionados está a documentação relativa à qualificação técnica profissional, especificamente sobre a CAT nº 908633/2024. A obra da citada certidão se refere a serviços de pavimentação, na sua maioria, realizados no Condomínio Residencial Recanto da Ilha, localizado em Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão. A referida obra foi realizada em um condomínio de residências horizontal, com aproximadamente 92 unidades.



Imagem do Google Earth – datada de 22/05/2024



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Foram questionadas as inconsistências entre as datas de início da obra no Atestado de Capacidade Técnica (anexo da CAT), do registro da respectiva CAT, do início da obra na CAT bem como a data de início do contrato do engenheiro responsável da PAVISERVICE.

De fato, as datas citadas não estão em ordem cronológica possível. O Contrato do engenheiro inicia após o início da respectiva obra. As datas de início da obra estão divergentes no atestado e na CAT.

Porém a inconsistência maior se refere aos quantitativos executados, descritos no Atestado de Capacidade Técnica (anexo da CAT). Uma equipe da 8ª Superintendência Regional realizou diligência até o local da obra, no dia 25/11/2024 e levantou os quantitativos executados, quais sejam:

Item	Quantidade
Pavimentação CBUQ/AAUQ	3.390,20 m ²
Base	3.390,20 m ²
Meio-fio	1.003,00 m
Calçada	1.440,75 m ²



Imagens da visita ao local da obra – 25/11/2024

De acordo com o Atestado de Capacidade Técnica foram executados os seguintes serviços:

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

1.4.5	BASE DE SOLO CIMENTO COM 7% DE CIMENTO E MISTURA NA PISTA COM MATERIAL DE JAZIDA	M3	10.163,39
1.5.	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
1.5.1.	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30	M2	29.679,96
1.5.2.	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, NÃO ARMADO, PIGMENT. BAYFERROX PRETO OU SIMILAR, FCK=21MPA, E = 10CM, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM - REV 03	M3	8.500,00
1.5.2.	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C	M3	29.679,96
1.5.3.	AREIA ASFALTO A QUENTE (AAUQ) COM CAP 50/70, INCLUSIVE USINAGEM E APLICAÇÃO,	M3	7.800,00
1.5.4.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE	TXKM	1.068,48
1.5.5.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE	TXKM	29.000,00
1.5.6.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA,	M3XKM	29.000,00
1.5.7.	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO ASFÁLTICO - CBUQ - FAIXA C	T	3.523,98

Se considerarmos as camadas de base e sub-base com espessura de 30,00 cm, pelo atestado teríamos 33.878,00 m² executados.

No caso do AAUQ, considerando uma camada de 5,00 cm de espessura, teríamos 156.000,00 m².

Os quantitativos apresentados (relativos à pavimentação) são de 10 a 40 vezes superiores aos serviços encontrados no local da obra.

Sendo assim, a comissão julga procedente o recurso encaminhado e considera inverídico o atestado de capacidade técnica e a respectiva Certidão de Acervo Técnico apresentada pela empresa PAVISERVICE Comercio e Serviços Ltda. e conclui pela inabilitação da mesma.”

Considerando a manifestação técnica dos membros da Comissão de Licitação, dada a documentação apresentada e as diligências realizadas pela equipe da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, foram identificadas inconsistências cronológicas e, principalmente, de quantitativos executados. Cumpre salientar novamente que a recorrida, como previsto no item 5.3.6 do Edital, foi intimada a apresentar contrarrazões no sistema, sendo concedido o prazo previsto em Edital, mas declinou de seu direito ao não apresentá-las no sistema no prazo estipulado.

Em complemento, importante destacar que a Comissão de Licitação buscou realizar as diligências necessárias para confirmar a veracidade do atestado. Inicialmente, e conforme informado na manifestação dos membros técnicos, foi solicitado apoio à 8ª Superintendência Regional para realizar diligência até o local indicado no atestado para conferência dos quantitativos e registro fotográfico para comprovação e possíveis questionamentos à licitante. Com o que foi relatado pela equipe que realizou o apoio à diligência no dia 25/11/2024, foi possível uma análise mais assertiva pela Comissão de Licitação.

Além disso, no dia 25/11/2024 foi diligenciada a empresa emissora do atestado de capacidade técnica, CONSTRUTORA MULTY - C RAMOS DOMICIANO EIRELI, CNPJ nº 29.340.819/0001-80, através do endereço de e-mail disponibilizado no próprio documento. Foi contextualizada a situação e solicitada, então, manifestação quanto à confirmação da execução dos serviços relacionados e da autenticidade do referido documento. Entretanto, até o momento de finalização da presente análise, não houve resposta aos e-mails encaminhados pela Comissão de Licitação.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Sendo assim, considerando o relatado acima e, principalmente, a manifestação dos membros técnicos da Comissão de Licitação, a qual considerou inverídico o atestado de capacidade técnica e a respectiva Certidão de Acervo Técnica apresentada pela empresa PAVISERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 43.897.814/0001-83, concluindo por sua inabilitação, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **PROCEDENTE**.

II – Quanto à alegação de inconsistências na qualificação econômico-financeira:

Em seu recurso, a empresa CONSTRAM – CONSTRUÇÕES E ALUGUEL DE MAQUINAS LTDA alega que:

“Os documentos tais como o Balanço Patrimonial, como também o Livro Diário nº 06 (seis) do Exercício Financeiro de 2023, referentes ao período de 01/01/2023 à 31/12/2023 apresentados no processo licitatório, não estão cancelados pela Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA). O que infringe o item 11.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA do certame na página 23, onde no item c.1.3 diz o seguinte:

(...)

Ademais, o livro diário supracitado apresenta os valores de Receitas e Despesas EXATAMENTE IGUAIS ao Livro Diário nº 05 (cinco) referentes ao período de 01/01/2022 à 31/12/2022, documentação que se encontra anexada aos documentos de habilitação e está devidamente cancelada pela JUCEMA na data de 12/05/2023, ou seja, o LIVRO DIÁRIO Nº 06 não apresenta qualquer alteração ou registro contábil que comprove a alteração do capital social no valor de R\$ 1.400.000,00 para R\$ 20.000.000,00. O livro não apresenta qualquer movimento que valide a execução de operações financeiras ou a movimentação de valores que justifiquem tal aumento substancial.

Outra inconsistência analisada é de que as Receitas Operacionais constantes do Livro Diário nº 06 (seis) referente ao período de 2023, somam em sua totalidade a quantia de R\$ 1.654.789,07 (Um Milhão e Seiscentos e Cinquenta e Quatro Mil e Setecentos e Oitenta e Nove Reais e Sete Centavos), enquanto que as Receitas Operacionais apresentadas na Demonstração de Resultado do Exercício do mesmo período (01/01/2023 a 31/12/2023) está com o valor de R\$ 4.204.000,25 (Quatro Milhões e Duzentos e Quatro Mil Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Cumpre salientar que, em relação ao registro na Junta Comercial do Estado do Maranhão do Balanço Patrimonial apresentado pela empresa PAVISERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, foi feita a verificação pelo Pregoeiro do Certame, quando da análise da documentação de habilitação, no Portal da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA quanto à certificação do registro, disposta à pág 7 do documento apresentado, conforme pode ser verificado nas imagens abaixo



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/05/2024 12:45 SOB Nº 20240469569.
PROTOCOLO: 240469569 DE 10/05/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406724969. CNPJ DA SEDE: 43897814000183.
NIRE: 21201169247. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/05/2024.
PAVISERVICE COMERCIO E SERVICOS LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Nota de rodapé – documentação apresentada


Autenticidade de documentos

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:

 240469569


Data do Protocolo:

 10/05/2024

Número de Registro:

 21201169247

Arquivamento:

 20240469569

Empresa:

 PAVISERVICE COMERCIO E SERVICOS LTDA

Documento(s):

 Balanço

Validação do documento: Portal www.empresafacil.ma.gov.br

Já em relação à alteração do capital social da empresa, foram apresentados documentos registrados na Junta Comercial pertinente, nos quais consta o reflexo da referida alteração. Nesse contexto, destaca-se o balanço patrimonial referente ao exercício de 2023, bem como a alteração do contrato social datada de junho de 2023. Dessa forma, entende-se que as exigências editalícias sobre o registro do capital social foram atendidas.

Entretanto, no que tange à divergência entre os valores de receitas informados no Livro Diário e na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes ao exercício de 2023, resta clara sua existência. Quanto ao assunto, cumpre ressaltar que, de acordo com o item 14, da Interpretação Técnica Geral - ITG 2000 – Escrituração Contábil, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, no Livro Diário devem ser lançadas, em ordem cronológica, com



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.

Assim, conforme recurso apresentado, não foi possível determinar a justificativa para tal divergência, visto que os fatos apresentados não foram esclarecidos pela empresa PAVISERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. Não há detalhamento nas notas explicativas das demonstrações contábeis, nem manifestação da empresa nas contrarrazões, apesar de ter sido devidamente intimada a se manifestar no prazo estipulado em edital.

Diante da magnitude da divergência, e na ausência de uma justificativa plausível para a discrepância, entende-se que não há elementos suficientes para confirmar a veracidade das informações apresentadas nos documentos.

Portanto, à luz do que foi exposto, considera-se, quanto a esse aspecto, a alegação **PROCEDENTE**.

III – Quanto à alegação de inconsistências quanto à proposta de preços:

Em seu recurso, a empresa CONSTRAM – CONSTRUÇÕES E ALUGUEL DE MAQUINAS LTDA alega, quanto ao item 01, que:

“A empresa em questão, apresentou composições que o respeitoso órgão havia disponibilizado em planilha, porém não foi apresentada pela a mesma, composições de serviços dos quais são importantes para identificar se há exequibilidade ou não nos serviços indicados.

Um exemplo seria de que o serviço do item 6 – CONCRETO ASFÁLTICO – FAIXA C – AREIA E BRITA COMERCIAIS, que seu impacto de valor no orçamento é de 26,34%, não foi apresentado pela a empresa a composição de preços, sendo que, é um fato primordial para a análise de preço de mão-de-obra, material e equipamentos e seus coeficientes.”

Já quanto ao item 04, a empresa alega que:

“A empresa em questão, apresentou composições que o respeitoso órgão havia disponibilizado em planilha, porém não foi apresentada pela a mesma, composições de serviços dos quais são importantes para identificar se há exequibilidade ou não nos serviços indicados.

O ponto mencionado anteriormente pode ser comprovado com o anexo CPU – SINAPI, onde a empresa apresenta a composição do serviço de EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11, tal serviço é de suma importância pro objeto.

A empresa apresentou uma composição de preço unitário onde aplicou desconto na mão-de-obra do serviço para o calceteiro e o servente, esse desconto foi no percentual de 18,00% no valor unitário de ambos colaboradores, como é possível identificar na imagem a seguir.

(...)

Tal fato implica que o mesmo não está utilizando os encargos de 112,05%, vale ressaltar que a empresa afirma em sua carta proposta que o percentual utilizado para horista é o valor acima informado e a composição de encargos sociais anexada em processo também pontua e calcula que o valor dos encargos é de 112,05%.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Sendo assim, há necessidade de esclarecimentos para identificar se não foram inclusos os percentuais de direitos sociais e trabalhistas.”

Para ambos os itens, a empresa solicita que sejam feitas diligências juntamente à empresa classificada para a demonstração de todos os serviços através da composição de preços para a análise dos serviços e seus coeficientes, afim de constatar a exequibilidade dos serviços.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

No que tange à temática em análise no momento, cumpre salientar que, considerando a natureza da avaliação, o aceite da proposta foi realizado após análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, os quais analisam a situação e embasam a decisão do pregoeiro, podendo sugerir diligências ou demais providências as quais julguem necessárias.

No caso dos itens 01 e 04 do Edital 90057/2024, houve manifestação da área técnica informando que as planilhas encaminhadas atendiam ao solicitado no instrumento convocatório. Sendo assim, analisados os demais aspectos, foi realizado o aceite da proposta no certame.

Em continuidade, dada a apresentação do presente recurso, considerando a questão de caráter técnico apresentada, os membros técnicos da Comissão de Licitação se manifestaram acerca da situação da seguinte forma:

“Em complemento à análise anterior ressaltamos que nos recursos apresentados foi levantado questionamentos sobre inconsistências quanto à proposta de preços.

Para o Item 1 do Edital, foi questionado a composição do item 6 – CONCRETO ASFÁLTICO – FAIXA C – AREIA E BRITA COMERCIAIS não foi apresentada;

Para o Item 4 do Edital, foi questionado os preços unitários de mão de obra do item EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11;

Os questionamentos são irrelevantes no contexto da avaliação geral da proposta e por isso não foram consideradas.”

Sendo assim, resta claro que foram tomadas as devidas providências pelo pregoeiro, tanto no momento do aceite da proposta quanto na análise do presente recurso. Ademais, considerando a manifestação técnica apresentada, nada resta além de acatar o entendimento da equipe técnica de julgamento do certame de que não há relevância dos questionamentos no contexto da avaliação geral da proposta e por isso não foram considerados.

Por fim, cumpre salientar que o Edital 90057/2024 trata da exequibilidade das propostas em seu item 9.3, o qual foi devidamente cumprido, considerando que os valores apresentados se encontram dentro dos limites determinados no subitem 9.3.1.

“9.3. A Comissão de Licitação poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

9.3.1. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

b) Valor do orçamento estimado pela administração pública.
(...)”

Sendo assim, considerando a manifestação técnica e o notável cumprimento das previsões editalícias, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela recorrente, na análise do recurso impetrado pela empresa CONSTRAM – CONSTRUÇÕES E ALUGUEL DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 72.432.727/0001-59, foram considerados os seguintes aspectos:

I – Quanto à alegação de inconsistências na documentação de qualificação técnica profissional: considerado **PROCEDENTE**;

II – Quanto à alegação de inconsistências na qualificação econômico-financeira: considerado **PROCEDENTE**;

III – Quanto à alegação de inconsistências quanto à proposta de preços: considerado **IMPROCEDENTE**.

Sendo assim, dada a procedência parcial dos aspectos analisados, visto que os aspectos I e II foram analisados e considerados PROCEDENTES, e o aspecto III foi considerado IMPROCEDENTE, considera-se **PROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa CONSTRAM – CONSTRUÇÕES E ALUGUEL DE MAQUINAS LTDA, CNPJ nº 72.432.727/0001-59, sendo revertida a decisão de habilitação da proposta da empresa PAVISERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 43.897.814/0001-83, para os itens 01 e 04 do Edital 90057/2024. Assim, o processo deverá retornar à etapa de seleção de fornecedores para os referidos itens.

Brasília/DF, 2024.

Assinado Eletronicamente
Victor Leopoldo Batista de Moura Cantalice
Pregoeiro – Decisão 1904/2024